

NOSSA OPINIÃO

“DELINQUÊNCIA INSTITUCIONAL”

A expressão “delinquência institucional”, proferida pelo ministro Celso de Mello (STF) no julgamento de Fernando Baiano, um dos denunciados da Operação Lava-Jato da Polícia Federal, continua repercutindo nos meios de comunicação do Brasil. O historiador Marco Antonio Villa, ao se referir ao estado brasileiro corrupto, de norte a sul e de leste a oeste, afirma: “O receio maior de Brasília é ter de enfrentar o Brasil real. Aquele que não quer mais ver a corrupção impregnando as ações de Estado, tenebroso método



de gestão e de desqualificar a política, “fazendo-a descer ao plano subalterno da delinquência institucional”, como bem escreveu o ministro Celso de Mello.

PEN LANÇARÁ CANDIDATO

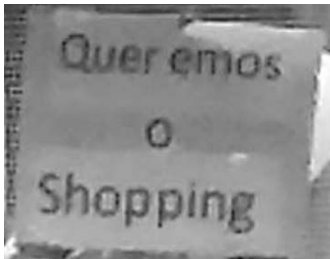
O Partido Ecológico Nacional (PEN) está estruturado em Tatuí e consta do site oficial da agremiação política. Severino Guilherme de Silva é presidente da Comissão Executiva Municipal. O titular é do Jardim Santa Rita de Cássia e seus integrantes não escondem a vontade de lançar um candidato a prefeito para disputar as eleições de 2016 para a Prefeitura Municipal. O nome seus integrantes não adiantam. Mas dizem que já está escolhido e tem uma



boa aceitação no meio popular de Tatuí. Pelo que se entende seria um político semelhante ao ex-prefeito Joaquim Amado Veio Quevedo que, em 1982, emergiu das massas e se tornou uma grande liderança política em Tatuí.

“QUEREMOS SHOPPING”

Na sessão da Câmara de Tatuí, na terça-feira (1º), enquanto um grupo pacificamente reivindicava com cartazes a castração de cães, como medida profilática de saúde pública, outro grupo, com cartazes na mão, com os dizeres: “Queremos shopping”, aos brados e vaia, se comportava de maneira não adequada para uma sessão legislativa. O presidente Wladimir Saporito (PROS), da mesa da presidência, assistia a manifestação que certamente estaria sendo orquestrada por adeptos de algum político que não gosta de respeitar a lei e nem a ordem pública. O próprio vereador Oswaldo Laranjeira Filho (PT) advertiu os mais afoitos de que a plateia não poderia se manifestar com vaia e gritos. Esta sessão legislativa nos fez lembrar de um ex-prefeito de Tatuí. Embora não usasse a livre manifestação ordeira para impor suas ideias, sua predileção era desafiar o Poder Legislativo e tentar uma ruptura institucional entre os poderes. Ainda está



viva na memória de muitas pessoas quando Juraci Oscar, presidente da Câmara Municipal na época, para preservar a autoridade do poder que representava, determinou a prisão, em flagrante, de um advogado que tentava tumultuar o ambiente. É uma época que tatuianos não podem esquecer e deixar que o totalitarismo pragmático tente novamente tomar conta de nossas instituições municipais. O presidente Saporito, após pedir várias vezes aos manifestantes do “Queremos Shopping” para se manterem em silêncio, decidiu encerrar a sessão legislativa. Não deveria ter feito isso. Deveria fazer prevalecer o império da lei, porque a Câmara tem mais o que discutir.

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

E o Collor?... Você crê nisso...
que aposentou-se em surdina?...
-- Creio, mas não por serviço...
Foi por tempo de propina.

Diz Dilma, no protestão:
-- Gente, não seja boboca,
pus fim na corrupção...
-- Eu juro pela mandioca!

O momento é como o vento...
A vida é como a fumaça...
E o, que vem, não é momento...
Vivamos, pois, o, que passa!

JORNAL

integração

EXPEDIENTE

Integração - o Jomal do Povo Ltda. -
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

DIRETOR RESPONSÁVEL:
José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)

DIRETOR PROPRIETÁRIO
Renê José Rodrigues Fernandes

REDATORA:
Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)

ESPORTES:
Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:
José Reiner Fernandes, Francisco José Lang
Fernandes de Oliveira,
Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e
Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa
Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CEP: 18270-820
e-mail: integracao@asseta.com.br
Impresso: A Tribuna de Piracicaba -
Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins
e-mail: martins_32@terra.com.br

A VOLTA DA FAMOSA CPMF – Aqueles que não querem: 1) As classes produtoras – Porque sabem que somente agravará uma situação que já é crítica, beirando o desastre. Não foi solução antes e não será agora, com o País já em depressão; 2) Os trabalhadores – Em sua imensa maioria, porsaber que os recursos não serão utilizados na Saúde; 3) Os Estados e Municípios – Pois na divisão já proposta, ficarão com míseros 7%; 4) Câmara, Senado e Poder Judiciário – Já se declararam contrários. Quem quer: Governo Federal – Que para a falência, falta pouco. Por absoluta falta de recursos, está parcelando o adiantamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas da União. Precisa, urgentemente dos bilhões gerados pela CPMF.

TCU DÁ MAIS QUINZE DIAS PARA GOVERNO EXPLICAR PEDALADAS FISCAIS – Nossa sugestão: Chamem o Guido Mântega, ele é o “pai da criança”.

OPINIÃO DE ARMÍNIO FRAGA (EX-BC) – “Nada garante que vai melhorar, mas vai piorar antes de ter a chance de melhorar”.

JANOT PEDE 184 ANOS DE PRISÃO A EDUARDO CUNHA – Nosso comentário: Duvido que ele pegue um ano. Se pegar, será em regi-

me semi-aberto.

O GOVERNO PRECISA URGENTEMENTE FAZER RECEITA – Nosso comentário: Vem aí, e logo, aumento para 20% do tributo sobre transmissão de bens.

CINCO MELHORES EMPRESAS EM IMAGEM PARA O CONSUMIDOR – Magazine Luiza, Léo Madeiras, O Boticário, C&C e Telha Norte.

AUTUAÇÕES DA RECEITA POR SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS – Atingem R\$ 75 bilhões no 1º trimestre. Nosso comentário: É a Receita Federal aprimorando e aperfeiçoando seus controles.

CAIXA SEGURIDADE PEDE À CVM REGISTRO PARA ABRIR CAPITAL – Fiquem de olho: Quando o BB abriu o capital da sua seguradora, o sucesso foi total.

DE DILMA ROUSSEFF – “2016 não será um ano maravilhoso”. Nosso comentário: Nenhum brasileiro discorda de Vossa Excelência!

CONTA DE LUZ PODE FICAR ATÉ 8% MAIS CARA – Sem comentários.

INFLAÇÃO ACUMULADA ATÉ JULHO CHEGA A 6,83% – E ultrapassa teto da meta do ano.

Por hoje é só, tenham todos uma ótima semana.

VALE TUDO

* Marcos Cintra

O governo planeja criar dois fundos que, em tese, vão ao encontro de bons propósitos da sociedade. O primeiro tem objetivo de “reduzir desigualdades socioeconômicas regionais, custear execução de projetos de investimento em infraestrutura e promover maior integração entre as diversas regiões do País”. E o segundo fundo objetiva “auxiliar financeiramente os Estados e o Distrito Federal durante o período de convergência das alíquotas do ICMS” nas transações interestaduais que serão reduzidas, para converter o regime daquele tributo de majoritariamente de “origem” para majoritariamente de “destino”. A intenção é combater a guerra fiscal e transferir mais recursos para os Estados consumidores, em geral mais pobres que os Estados produtores. Beleza!

Contudo, os fundos serão capitalizados com recursos incertos e não sabidos, oriundos de “instituição e arrecadação de multa de regularização cambial tributária relativa a ativos mantidos no exterior ou internalizados”. A expectativa de que tais multas resultem em valores significativos é altamente duvidosa. Dizem alguns adivinhos que o montante de recursos brasileiros ilegalmente transferidos ao exterior atinge um saldo de US\$ 500 bilhões. Ninguém sabe.

De uma maneira geral, os recursos acumulados no exterior vêm sendo transferidos irregularmente há décadas, tendo como causas, que ainda perduram, a incerteza política, insegurança institucional, falta de confiança, má gestão pública e abusivo sistema tributário vigentes no Brasil. Sem falar em risco de confiscos, e em atividades criminosas mais pesadas, tais como tráfico de drogas, de armas, contraban-

do, roubos, corrupção, etc.

Parcela considerável desses fluxos é antiga, e já pode ter sido “regularizada” no exterior, tornando-se possivelmente inalcançável pela proposta brasileira de “anistia onerosa”. Outra é oriunda de atividades criminosas e, por conta disso, não abrangida pela Medida Provisória 683. E aqui reside enorme confusão, pois o governo exige que a origem dos recursos ilegais a serem internados seja comprovada. Certos “crimes” serão tolerados e outros não? E como tipificá-los claramente, vez que em geral são ações complexas que envolvem diversas ilegalidades conjuntamente?

Ademais, os detentores de recursos ilegais deverão avaliar se existe vantagem em confessar os ilícitos, pagar multa e repatriá-los. Sabe-se que a cada dia torna-se mais arriscada e dispendiosa a prática de crimes econômicos e tributários. Mas a confissão de prática de ilícitos como lavagem de dinheiro, remessa ilegal e falsidade ideológica, mesmo que anistiadas, traz consigo riscos de enegrimiento de imagem, sem falar na perspectiva de passarem a se tornar alvos preferenciais de futuras ações de fiscalização.

Medidas tais como a proposta pela MP 683 já foram aventadas inúmeras vezes no Brasil, e praticadas algumas vezes no exterior, sem que se tenha notícia de sucesso.

No momento o País enfrenta forte desgaste em sua atratividade econômica. Percebe-se que as remessas de capitais ao exterior, legais ou ilegais, estão aumentando. Pela primeira vez em sua história recente, o Brasil exporta seus talentos empreendedores. O País não se encontra em momento propício para atrair capitais.

* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

ANUNCIE AQUI

3305.6674

comercial@jornalintegracao.com.br

TEMPOS DE ANTIPOLÍTICA

***GAUDENCIO TORQUATO**

A classe política está apavorada com seu futuro. Não resta outra coisa aos representantes do povo, neste ciclo de confluência de crises – política, econômica, hídrica, energética, moral – que uma imersão no terreno da ética e uma passagem por lições sobre o estado social do país. A análise sobre os motivos que os jogam no fundo do poço da descrença poderá se transformar na chave para que reencontre sua identidade.

Quais são essas razões? Primeiro, a imensa maré de lama que envolve o triângulo do poder: governo, política e círculos de negócios. As teias intestinas formam um poder invisível que ameaça a saúde das instituições. Nunca se viram tantas confabulações oriundas do submundo da política e da administração pública, deixando ver usurpadores, criminosos, pilantras, oportunistas, cínicos, vivaldinos e “laranjas”, máfias que se apropriam do dinheiro público. Por isso, é sofisma dizer: as instituições estão funcionando. Isso não é suficiente para dizer que o Brasil vai bem. É preciso que as instituições funcionem bem. O que não ocorre.

Estourar o poder invisível é a meta maior dos órgãos de controle. Se não for de todo possível, pelo menos diminuir seu tamanho torna-se dever inarredável dos homens públicos e da sociedade organizada, sob pena de vermos fraquejar o ideal da democracia como governo do poder visível.

A tarefa em desvendar o poder oculto que se instalou nos porões da vida pública tem sido fundamental para a conscientização social. A estratégia de combate ao ilícito passa a requerer a força coletiva. Toda mudança em profundidade se ancora na vontade geral. Para limpar a cara do Brasil que dá vergonha, os sentimentos do povo precisam seguir os comandos normativos.

Esse é o pano de fundo que acolhe a antipolítica em curso, um movimento que se expande pelas entidades organizadas, animando grupos, incentivando categorias profissionais, abrindo intenso debate sobre os rumos do país. O foco dessa movimentação é o amortecimento da velha política, significando inovação de prática e costumes, busca de novos quadros, a meritocracia no lugar de indicações políticas para cargos, priorização de programas e ações públicas, entre outros aspectos. Chegou a hora de extirpar os galhos podres da árvore patrimonialista: o caciquismo, o mandonismo, o grupismo, o familismo, o nepotismo, o fisiologismo.

A corrupção e a arbitrariedade imantam até perfis de parcelas ponderáveis do sistema judiciário, na forma de decisões injustas, parcialidade em julgamentos, enfraquecimento de posições, atenuação de culpas, vistas grossas a processos, prejuílagamentos e desvio de padrões condizentes com a missão da justiça. Os comportamentos tortuosos de agentes de todos os setores da vida produtiva e do sistema institucional do país estabelecem densa camada de insensibilidade social.

A escalada do caos resulta na sensação geral de descrença, frieza, mesmice, eixos da cultura de acomodação que, por pouco, não amortece o tecido social. Nos últimos tempos, a sensibilização social se expandiu, na esteira

das ondas de violência do aparelho policial e das denúncias de grandes escândalos. A sociedade se anima a reagir com um sentimento de indignação sob o guarda-chuva da antipolítica.

Final, o que move a antipolítica? Vejamos alguns eixos:

Promessas - Não se deve prometer o que não se poderá cumprir. O país exige sinceridade. Os espaços das alegorias, promessas mirabolantes, planos fantásticos vão ficando no baú. Qualquer tentativa de recuperar esse terreno trará dissabores.

Identidade - Um político deve ter identidade, personalidade. Uma coluna vertebral torta gera desconfiância. A imagem que um político projeta não poderá ser diferente de seu conceito. Coluna vertebral reta incorpora as costelas da lealdade, da coerência, da sinceridade, da honestidade pessoal e do senso do dever.

Representação social - Representar o povo significa escolher as melhores alternativas para seu bem-estar. Uma decisão orientada exclusivamente pela intenção de adoçar as dores das periferias angustiadas não vai longe. Político sério se preocupa com rumos permanentes e medidas condizentes com as possibilidades das administrações.

Sapiência - Sapiência não significa vivacidade. Sabedoria é mistura de aprendizagem, compromisso, equilíbrio, administração de conflitos, busca de conhecimentos, capacidade de convivência e decisão racional. A vivacidade é a cara feia do fisiologismo, tumor que até o povo simples começa a lançar.

O cheiro do povo - O cheiro do povo invade as ruas, os ônibus, os escritórios, as fábricas, o campo. Até elitistas ampliam espaços ante a ameaça de isolamento. O povo sabe quem está ao seu lado.

Esconderijos - Não dá mais para alguém se esconder. A corrupção, é claro, não acabará. Mas é preciso atentar para o fato de que as denúncias sobre negociações e trocas de favores ilícitos constituem o prato da mídia. A palavra de ordem é: transparência.

Mais ação - O discurso que vinga abriga propostas concretas, viáveis, simples e com metas temporais. Sua adaptação ao momento é fundamental. A população dispõe de entidades que a representam em diversos fóruns, algumas delas com atuação política tão densa quanto o Congresso. Resta ao político se apoiar nesse universo.

Simplicidade e modéstia - Um homem público não precisa se vestir com o manto divino. A honraria que os cargos conferem é passageira. Mandato pertence ao eleitor. Ser simples não é arranjarcenas de crianças no colo, comer cachorro quente na esquina ou gesticular para famílias nas calçadas. A simplicidade é o ato de pensar, dizer e agir com naturalidade.

Estado e Nação - O político pode até lutar por um Estado diferente da Nação que o povo quer. A Nação é a Pátria que acolhe, é o território onde os cidadãos se sentem bem e gostam de viver e constituir um lar. O Estado é a entidade técnico-jurídico-institucional, comprimida por interesses e dividida por conflitos. Aproximar o Estado da Nação constitui a missão basililar da política.